

Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	110816-SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL/PR	FABRICIO DA SILVA GAMA	02/07/2025 16:47 (v 11.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		00170.001838 /2025-25

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na organização e montagem de evento para a realização do Desfile de 7 de setembro de 2025, a ser realizado em Brasília/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Planejamento, coordenação, supervisão e execução das ações para a realização do Desfile de 07 de setembro de 2025, no período pré-evento, durante e pós-evento conforme especificações do Termo de Referência e seus anexos.	14591	Unidade	1	R\$ 7.438.165,51	R\$ 7. 438.165,51

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, em razão de ter padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O contrato terá vigência pelo período de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O serviço é enquadrado como não contínuos.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no item 3 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deverá tomar providências durante a realização dos serviços de forma a reduzir o impacto ambiental na realização de suas atividades.

4.2. Para a realização da ação, será necessária a contratação de fornecedor apto a realizar eventos de grande porte, com toda a estrutura necessária à realização do desfile cívico-militar, bem como para recepção de público aproximado de 30.000 (trinta mil) pessoas, que assistirão ao desfile, sendo 30 mil acomodadas nas arquibancadas/tribunas no desfile cívico-militar e 10 mil pessoas de público circulante nas imediações do desfile.

4.3. Quanto à natureza do serviço, trata-se de ação específica, não continuada, atendendo-se somente a realização das ações contratadas para o Evento de Celebração da Independência do Brasil e para o Desfile Cívico de 7 de Setembro de 2025.

4.4. Todas as atrações e estruturas deverão estar adequadas para aspectos de acessibilidade que permitam ampla participação popular, independente das condições de cada cidadão. Além disso, todo material impresso em lona, a ser produzido para o evento, deverá ter seu descarte de forma sustentável, preferencialmente com doação para cooperativas de recicláveis, que possam fazer o reaproveitamento do material.

4.5. Todos os requisitos detalhados no Termo de Referência da licitação a ser realizada possuem ampla possibilidade de concorrência no mercado, com a existência de diversos fornecedores, entre empresas de eventos e agências de marketing promocional, capacitadas para a elaboração das ações.

4.6. Deverá o licitante vencedor, providenciar a entrega do Projeto Técnico, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do Contrato, para análise da CONTRATANTE. O Projeto Técnico das estruturas temporárias, constituído por: planta de locação, planta baixa, cortes, fachadas, dimensões, marcação de peças, com detalhamento de todas as conexões e demais componentes, notas gerais de montagem e especificações de materiais, com indicação de registro junto ao órgão de classe sob a forma de documentação de responsabilidade técnica e memorial descritivo.

4.7. O Projeto Técnico deverá ser avaliado pela CONTRATANTE em até 03 (três) dias após sua apresentação. A CONTRATADA deverá efetuar os ajustes necessários que forem apontados pela CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

4.8. O projeto deverá ser entregue para a CONTRATANTE em folha tamanho até A1, assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico, acompanhado de memorial descritivo que contemple o tipo de estrutura, a carga máxima suportada, resistência do material, o número de módulos e a finalidade da estrutura (tipo de estrutura

temporária); especificação do material utilizado na construção da estrutura temporária e dimensões; especificação da união das peças através de soldas, parafusos ou acoplamentos e a forma de preparação e adequação do solo para sustentar a estrutura.

4.9. O projeto a ser elaborado deverá levar em consideração a logística do local do evento (a vegetação existente, bem como objetos/elementos fixos e outros comuns a área pública urbana) sendo necessário o reconhecimento prévio do local antes do desenvolvimento do Projeto conforme disposto no Item 7 deste Termo de Referência.

4.10. A mesma documentação deverá ser entregue à Secretaria de Estado de Defesa Civil do Distrito Federal - SEDEC/DF, mediante protocolo. Uma cópia devidamente protocolada dos documentos deverá ser entregue à CONTRATANTE. A documentação entregue àqueles aos órgãos públicos será referência para a vistoria.

4.10.1. Deverá o licitante vencedor, disponibilizar engenheiro civil com formação em segurança do trabalho para acompanhar a montagem do início até a desmontagem da estrutura.

4.11. A não apresentação, ou a não aprovação pela CONTRATANTE, do Projeto Técnico estabelecido no subitem 4.6 no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, implicará na rescisão contratual, bem como na aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência, ensejando na convocação da próxima empresa classificada do certame.

4.12. No caso de subcontratação de empresas, deve ser apresentado projeto técnico e memorial descritivo das estruturas temporárias cuja montagem esteja sujeita à normatização específica e fiscalização para fins de vistoria e alvará, conforme Apêndices de 1 a 5, de cada empresa subcontratada.

4.13. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Sustentabilidade

4.14. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Resíduos Sólidos em Geral:

a.1) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.2) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

a.1) Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

a.2) Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

a.3) Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

a.4) Outras formas vedadas pelo poder público.

Vistoria

4.15. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas. Em caso de dúvida referente ao agendamento da vistoria, entrar em contato pelo telefone (61) 3411-1902.

4.16. O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.17. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.18. A vistoria deve ser agendada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas com a área técnica da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República por intermédio da servidora Márcia Otaviano, através do telefone (61) 3411-1902, no qual também poderão ser dirimidas eventuais dúvidas.

4.19. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.20. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.21. A realização da vistoria pode ser comprovada por:

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável no órgão, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN nº 5/2017; ou

b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN nº 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Subcontratação

4.22. É permitida a subcontratação parcial do objeto, EXCETO do objeto principal, qual seja: o planejamento, a coordenação e a supervisão das ações relativa a realização do evento, nas seguintes condições:

4.23. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.24. No caso de subcontratação de empresas, exceto para a execução dos serviços previstos nos itens 9 e 13, deverá ser apresentado projeto técnico e memorial descritivo das estruturas temporárias cuja montagem esteja sujeita à normatização específica e fiscalização para fins de vistoria e alvará, conforme Anexo I - Apêndices de 1 a 5 deste Termo de Referência, de cada empresa subcontratada.

4.25. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.26. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.27. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da Contratação

4.28. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.29. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.29.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.29.1 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.29.2 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.29.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.29.4 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.30. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.31. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.32. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.33. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.33.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.34. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.34.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.34.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.35. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.36. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.37. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.38. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.38.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.38.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.39. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.39.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.39.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.40. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.41. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.42. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.43. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Até 2 dias úteis, após a aprovação pela CONTRATANTE do Projeto Técnico disposto no item 4.7 deste Termo de Referência;

5.1.2. Todas as estruturas deverão obedecer ao Projeto Geral de Distribuição das estruturas apresentado pela CONTRATANTE, observando a vegetação existente no espaço de modo a mantê-la intacta ou utilizar-se de mecanismos para preservá-la. (Apêndice I – Projeto Geral).

5.1.3. Toda a montagem deverá obedecer às normas descritas na Instrução Técnica Nº 01/2013 - SEDEC /DF, Portaria Nº 27, que estabelece os requisitos mínimos necessários para a segurança estrutural em estruturas temporárias, bem como nos Guias de Montagem de Tendas e Montagem de Geradores (Apêndice I – Projeto Geral), e na Norma Técnica Nº 009/2002 - CBM/DF - que fixa as condições mínimas de segurança sobre atividades eventuais ou outra norma que a substitua.

5.1.4. A montagem das Tribunas deverá obedecer aos croquis e projetos constantes do Apêndice I – Projeto Geral. Em caso de vegetação existente no espaço, a CONTRATADA deverá se valer de mecanismos para mantê-la intacta ou utilizar-se de alternativas para preservá-la.

5.1.5. A montagem das Arquibancadas deverá obedecer aos projetos constantes do Apêndice I – Projeto Geral. Em caso de vegetação existente no espaço, a CONTRATADA deverá se valer de mecanismos para mantê-la intacta ou utilizar-se de alternativas para preservá-la.

5.2. O engenheiro responsável pelo Projeto Técnico deverá, obrigatoriamente, acompanhar as montagens e as vistorias junto à Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como os trabalhos de ajuste resultantes das referidas vistorias, com vistas à obtenção das autorizações legais necessárias a realização do evento.

5.3. Para acesso, carga e descarga nas áreas de montagem deverá ser prevista a colocação de rampas de acesso, para não danificar calçadas, vias, canteiros e gramados.

5.4. As áreas utilizadas para a montagem das estruturas deverão, ao término do evento, ser recompostas nos padrões de qualidade e acabamento existentes, caso sejam danificadas no decorrer do trabalho.

5.5. Quaisquer danos ou prejuízos causados pelos empregados da CONTRATADA ao patrimônio público, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for, são de sua responsabilidade.

5.6. Não são admitidos para estabilização das estruturas metálicas o uso de pregos como pinos de travamentos ou outros materiais paliativos, não se admitindo também amarrações com arames ou similares, devendo ser especificadas todas as fixações necessárias no Projeto Técnico. A CONTRATADA deverá apresentar relatório diário contendo as imagens das estabilizações das estruturas, a fim de comprovar as exigências solicitadas pela CONTRATANTE.

5.7. Os espaços vazios abaixo das tribunas e arquibancadas não podem ser utilizados como áreas úteis, tais como depósitos de materiais diversos, áreas de comércio, banheiros e outros, devendo ficar limpos e sem quaisquer materiais combustíveis, durante todo o período do evento.

5.8. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos solicitados. A cobertura deve ser parte integrante da estrutura das tribunas, não se admitindo colunas (mastros) de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento.

5.9. As coberturas das estruturas metálicas não devem ser fixadas por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser utilizados parafusos com porcas.

5.10. Os estais/atirantamentos/travamentos para contraventamentos devem ser realizados em todas as colunas de sustentação das coberturas por meio de barras metálicas ou cabos de aço com diâmetro mínimo de 6 mm (conforme dimensionamento da estrutura). O tensionamento de cabos de aço deve ser por meio de esticadores forjados.

5.11. São aceitos pisos em madeira, inclusive nas rotas de fuga, de todas as estruturas metálicas desde que possuam resistência mecânica compatível, características antiderrapantes e sejam fixados de forma a não permitir sua remoção sem auxílio de ferramentas.

5.12. Não será admitido o uso de materiais em processo de corrosão, amassados, esmagados, fadigados, empenados e/ou com outras avarias.

5.13. Cronograma de realização dos serviços:

AÇÃO	
Entrega do Projeto Técnico de distribuição e montagem das estruturas	Até 5 dias úteis, a p ó s a assinatura do Contrato
Coordenação e supervisão do evento	Da emissão do empenho até a desmontagem e prestação de contas.

Entrega das estruturas montadas para a 1ª Vistoria dos órgãos competentes (arquibancadas, tribunas, palanques, torre de controle, cabine de locução, praticáveis para-TV e demais estruturas complementares previstas).	
O engenheiro responsável pelo projeto técnico deverá, obrigatoriamente, acompanhar as montagens e vistorias junto à Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como os trabalhos de ajustes resultantes das referidas vistorias, com vistas à obtenção das autorizações legais necessárias a realização do evento.	<u>Até 25 de agosto</u>
Entrega das estruturas montadas para a 2ª Vistoria dos órgãos competentes (arquibancadas, tribunas, palanques, torre de controle, cabine de locução, praticáveis para TV e demais estruturas complementares previstas).	
O engenheiro responsável pelo projeto técnico deverá, obrigatoriamente, acompanhar as montagens e as vistorias junto à Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como os trabalhos de ajustes resultantes das referidas vistorias, com vistas à obtenção das autorizações legais necessárias a realização do evento.	<u>Até 29 de agosto</u>
Ensaio e pré-teste dos serviços de sonorização das tribunas	30 de agosto até 1º de setembro
Entrega de todos os alvarás e licenças	Até 03 de setembro
Teste/vistoria dos serviços de sonorização	Até 03 de setembro
Entrega das barricadas e fechamentos metálicos	Até 03 de setembro
Desmontagem, recuperação e vistoria final	Até 20 de setembro
Apresentação de relatório final	Até 6 de Outubro

Local e horário da prestação dos serviços

5.14. Os serviços serão prestados no seguinte endereço Esplanada dos Ministérios, via s1, avenida entre o Palácio do Planalto em sentido ao eixo monumental

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.15. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

1. Tribunas de Honra:

Tendo em vista o espaço disponível para a montagem, todas as estruturas deverão obedecer ao Projeto de Tribunas apresentado pela CONTRATANTE, observando sempre a vegetação existente no espaço (Anexo I - Apêndice 4 – Projetos Tribunas). Em caso de vegetação existente no espaço, a Contratada deverá se valer de mecanismos para mantê-la intacta ou utilizar-se de alternativas para preservá-la.

Descrição:

1.1. Tribuna Modelo 1 (T1)

Tribuna com capacidade para para 300 pessoas sentadas em cadeiras de modelo TIFFANY, com a cor a ser aprovada pela contratante, fixada nos patamares, largura de 29m lineares e 15m de profundidade, Montada sobre estrutura tubular metálica galvanizada em sistema de andame e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de no mínimo 400kg/m².

a) As cadeiras deverão ser estofadas confeccionadas com espuma injetada, estilo tiffany, sem braços, estrutura fixa de pés palito, confeccionada em madeira, policarbonato cristal, aço, ferro ou alumínio, revestida em tecido liso, novas e pintadas, sem descascados, ferrugem ou amassados. Apresentar mostruário com 03 opções de modelo para aprovação, até 07 (sete) dias antes do evento.

b) 08 níveis de altura, sendo o nível 01 a 1m de altura do solo, mais 07 níveis complementares com 1.60m de profundidade e o último nível com 3.20 metros de profundidade, com diferença mínima de 0,35m de altura, sendo o último nível o maior. Corrimão no vão vão central e nas laterais (passagem de público), além de meio=degrau e sinalização nesses mesmos vãos (central e lateral).

c) A área de cobertura construída em box modelo duas águas em lona antichamas com proteção UV e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base ou piso da tribuna, construídas de tubos metálicos 100mmX100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50km por hora, teto e colunas da cobertura com forração em tecido.

d) A cobertura da Tribuna não deve ser fixada por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas.

e) Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura da tribuna, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados na tribuna.

f) Os estais, atiramentos e/ou travamentos para contraventamentos devem ser realizados em todas as colunas de sustentação da estrutura por meio de barras metálicas ou cabos de aço com diâmetro mínimo de 6mm, conforme dimensionamento e tipo de estrutura. Os estais, atiramentos e/ou travamentos deverão ter proteção mecânica e ser devidamente sinalizados.

g) 01 rampa de acesso lateral (área externa) e 01 rampa na lateral interna da tribuna (de acordo com a NBR 9050) e outro acesso traseiro por meio de escada, mais 01 escada de serviço. Pisos revestidos com carpete ou forração (azul ou verde oliva ou cinza chumbo). Acessos revestidos com piso antiderrapante e guarda corpo com altura mínima de 1,10m. Guarda corpo e corrimão das rampas e escadas revestidas com tecido branco e azul. Estrutura adicional de octanorme para proteção e separação de 04 banheiros químicos.

h) Para a redução do calor e secar ambiente, deverão ser instalados na tribuna, no mínimo 04 (quatro) Resfriadores Evaporativos para grandes ambientes (150-200m²), voltagem de 220V e emissão de ruído menor ou igual a 75dB, em dimensões de tamanho compatíveis com a capacidade de público, sem impactar na perda de espaço para circulação e acomodação.

i) Todo o fundo da tribuna deve ser fechado com estrutura de octanorme ou similar, com portas de acesso nas rampas e escadas.

1.2. Tribuna Modelo 2 (T2)

Tribuna com capacidade para para 300 pessoas sentadas em cadeiras de modelo TIFFANY, com a cor a ser aprovada pela contratante, fixada nos patamares, largura de 29m lineares e 15m de profundidade, Montada sobre estrutura tubular metálica galvanizada em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de no mínimo 400KG/M².

- a) As cadeiras deverão ser estofadas confeccionadas com espuma injetada, estilo tiffany, sem braços, estrutura fixa de pés palito, confeccionada em madeira, policarbonato cristal, aço, ferro ou alumínio, revestida em tecido liso, novas e pintadas, sem descascados, ferrugem ou amassados. Apresentar mostruário com 03 opções de modelo para aprovação, até 07 (sete) dias antes do evento.
- b) 08 níveis de altura, sendo o nível 01 a 1m de altura do solo, mais 07 níveis complementares com 1.60m de profundidade e o último nível com 3.20 metros de profundidade, com diferença mínima de 0,35m de altura, sendo o último nível o maior. Corrimão no vão vão central e nas laterais (passagem de público), além de meio=degrau e sinalização nesses mesmos vãos (central e lateral).
- c) A área de cobertura construída em box modelo duas águas em lona antichamas com proteção UV e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base ou piso da tribuna, construídas de tubos metálicos 100mmX100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50km por hora, teto e colunas da cobertura com forração em tecido.
- d) A cobertura da Tribuna não deve ser fixada por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas.
- e) Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura da tribuna, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados na tribuna.
- f) Os estais, atiramentos e/ou travamentos para contraventamentos devem ser realizados em todas as colunas de sustentação da estrutura por meio de barras metálicas ou cabos de aço com diâmetro mínimo de 6mm, conforme dimensionamento e tipo de estrutura. Os estais, atiramentos e/ou travamentos deverão ter proteção mecânica e ser devidamente sinalizados.
- g) 01 rampa de acesso lateral (área externa) e 01 rampa na lateral interna da tribuna (de acordo com a NBR 9050) e outro acesso traseiro por meio de escada, mais 01 escada de serviço. Pisos revestidos com carpete ou forração (azul ou verde oliva ou cinza chumbo). Acessos revestidos com piso antiderrapante e guarda corpo com altura mínima de 1,10m. Guarda corpo e corrimão das rampas e escadas revestidas com tecido branco e azul. Estrutura adicional de octanorme para proteção e separação de 04 banheiros químicos.
- h) Para a redução do calor e secar ambiente, deverão ser instalados na tribuna, no mínimo 04 (quatro) Resfriadores Evaporativos para grandes ambientes (150-200m²), voltagem de 220V e emissão de ruído menor ou igual a 75dB, em dimensões de tamanho compatíveis com a capacidade de público, sem impactar na perda de espaço para circulação e acomodação.
- i) Todo o fundo da tribuna deve ser fechado com estrutura de octanorme ou similar, com portas de acesso nas rampas e escadas.

1.3. Tribuna Modelo 3 (T3)

Tribuna com capacidade para para 300 pessoas sentadas em cadeiras de modelo TIFFANY, com a cor a ser aprovada pela contratante, fixada nos patamares, largura de 29m lineares e 15m de profundidade, Montada sobre estrutura tubular metálica galvanizada em sistema de andame e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de no mínimo 400KG/M²

- a) As cadeiras deverão ser estofadas confeccionadas com espuma injetada, estilo tiffany, sem braços, estrutura fixa de pés palito, confeccionada em madeira, policarbonato cristal, aço, ferro ou alumínio, revestida em tecido liso, novas e pintadas, sem descascados, ferrugem ou amassados. Apresentar mostruário com 03 opções de modelo para aprovação, até 07 (sete) dias antes do evento.

- b) 08 níveis de altura, sendo o nível 01 a 1m de altura do solo, mais 07 níveis complementares com 1.60m de profundidade e o último nível com 3.20 metros de profundidade, com diferença mínima de 0,35m de altura, sendo o último nível o maior. Corrimão no vão vão central e nas laterais (passagem de público), além de meio-degrau e sinalização nesses mesmos vãos (central e lateral).
- c) A área de cobertura construída em box modelo duas águas em lona antichamas com proteção UV e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base ou piso da tribuna, construídas de tubos metálicos 100mmX100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50km por hora, teto e colunas da cobertura com forração em tecido.
- d) A cobertura da Tribuna não deve ser fixada por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas.
- e) Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura da tribuna, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados na tribuna.
- f) Os estais, atiramentos e/ou travamentos para contraventamentos devem ser realizados em todas as colunas de sustentação da estrutura por meio de barras metálicas ou cabos de aço com diâmetro mínimo de 6mm, conforme dimensionamento e tipo de estrutura. Os estais, atiramentos e/ou travamentos deverão ter proteção mecânica e ser devidamente sinalizados.
- g) 01 rampa de acesso lateral (área externa) e 01 rampa na lateral interna da tribuna (de acordo com a NBR 9050) e outro acesso traseiro por meio de escada, mais 01 escada de serviço. Pisos revestidos com carpete ou forração (azul ou verde oliva ou cinza chumbo). Acessos revestidos com piso antiderrapante e guarda corpo com altura mínima de 1,10m. Guarda corpo e corrimão das rampas e escadas revestidas com tecido branco e azul. Estrutura adicional de octanorme para proteção e separação de 04 banheiros químicos.
- h) Para a redução do calor e secar ambiente, deverão ser instalados na tribuna, no mínimo 04 (quatro) Resfriadores Evaporativos para grandes ambientes (150-200m²), voltagem de 220V e emissão de ruído menor ou igual a 75dB, em dimensões de tamanho compatíveis com a capacidade de público, sem impactar na perda de espaço para circulação e acomodação.
- i) Todo o fundo da tribuna deve ser fechado com estrutura de octanorme ou similar, com portas de acesso nas rampas e escadas

1.4. Tribuna Modelo 4 (T4) – Tribuna Presidencial

Tribuna com capacidade para para 300 pessoas sentadas em cadeiras de modelo TIFFANY, com a cor a ser aprovada pela contratante, fixada nos patamares, largura de 29m lineares e 15m de profundidade, Montada sobre estrutura tubular metálica galvanizada em sistema de andame e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de no mínimo 400KG/M.

- a) As cadeiras deverão ser estofadas confeccionadas com espuma injetada, estilo tiffany, sem braços, estrutura fixa de pés palito, confeccionada em madeira, policarbonato cristal, aço, ferro ou alumínio, revestida em tecido liso, novas e pintadas, sem descascados, ferrugem ou amassados. Apresentar mostruário com 03 opções de modelo para aprovação, até 07 (sete) dias antes do evento.
- b) 08 níveis de altura, sendo o nível 01 a 1m de altura do solo, mais 07 níveis complementares com 1.60m de profundidade e o último nível com 3.20 metros de profundidade, com diferença mínima de 0,35m de altura, sendo o último nível o maior. Corrimão no vão vão central e nas laterais (passagem de público), além de meio-degrau e sinalização nesses mesmos vãos (central e lateral).

- c) A área de cobertura construída em box modelo duas águas em lona antichamas com proteção UV e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base ou piso da tribuna, construídas de tubos metálicos 100mmX100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50km por hora, teto e colunas da cobertura com forração em tecido.
- d) As coberturas não devem ser fixadas por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas.
- e) Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura da tribuna, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados na tribuna.
- f) Os estais, atiramentos e/ou travamentos para contraventamentos devem ser realizados em todas as colunas de sustentação da estrutura por meio de barras metálicas ou cabos de aço com diâmetro mínimo de 6mm, conforme dimensionamento e tipo de estrutura. Os estais, atiramentos e/ou travamentos deverão ter proteção mecânica e ser devidamente sinalizados.
- g) 01 rampa de acesso lateral (área externa) e 01 rampa na lateral interna da tribuna (de acordo com a NBR 9050) e outro acesso traseiro por meio de escada, mais 01 escada de serviço. Pisos revestidos com carpete ou forração (azul ou verde oliva ou cinza chumbo). Acessos revestidos com piso antiderrapante e guarda corpo com altura mínima de 1,10m. Guarda corpo e corrimão das rampas e escadas revestidas com tecido branco e azul. Estrutura adicional de octanorme para proteção e separação de 04 banheiros químicos.
- h) Para a redução do calor e secar ambiente, deverão ser instalados na tribuna, no mínimo 04 (quatro) Resfriadores Evaporativos para grandes ambientes (150-200m²), voltagem de 220V e emissão de ruído menor ou igual a 75dB, em dimensões de tamanho compatíveis com a capacidade de público, sem impactar na perda de espaço para circulação e acomodação.
- i) Todo o fundo da tribuna deve ser fechado com estrutura de octanorme ou similar, com portas de acesso nas rampas e escadas.

1.3. Tribuna Modelo 5 (T4)

Tribuna com capacidade para 300 pessoas sentadas em cadeiras de modelo TIFFANY, com a cor a ser aprovada pela contratante, fixada nos patamares, largura de 29m lineares e 15m de profundidade. Montada sobre estrutura tubular metálica galvanizada em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de no mínimo 400KG/M.

- a) As cadeiras deverão ser estofadas confeccionadas com espuma injetada, estilo tiffany, sem braços, estrutura fixa de pés palito, confeccionada em madeira, policarbonato cristal, aço, ferro ou alumínio, revestida em tecido liso, novas e pintadas, sem descascados, ferrugem ou amassados. Apresentar mostruário com 03 opções de modelo para aprovação, até 07 (sete) dias antes do evento.
- b) 08 níveis de altura, sendo o nível 01 a 1m de altura do solo, mais 07 níveis complementares com 1.60m de profundidade e o último nível com 3.20 metros de profundidade, com diferença mínima de 0,35m de altura, sendo o último nível o maior. Corrimão no vão central e nas laterais (passagem de público), além de meio=degrau e sinalização nesses mesmos vãos (central e lateral).
- c) A área de cobertura construída em box modelo duas águas em lona antichamas com proteção UV e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base ou piso da tribuna, construídas de tubos metálicos 100mmX100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50km por hora, teto e colunas da cobertura com forração em tecido.

- d) As coberturas não devem ser fixadas por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas.
- e) Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura da tribuna, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados na tribuna.
- f) Os estais, atiramentos e/ou travamentos para contraventamentos devem ser realizados em todas as colunas de sustentação da estrutura por meio de barras metálicas ou cabos de aço com diâmetro mínimo de 6mm, conforme dimensionamento e tipo de estrutura. Os estais, atiramentos e/ou travamentos deverão ter proteção mecânica e ser devidamente sinalizados.
- g) 01 rampa de acesso lateral (área externa) e 01 rampa na lateral interna da tribuna (de acordo com a NBR 9050) e outro acesso traseiro por meio de escada, mais 01 escada de serviço. Pisos revestidos com carpete ou forração (azul ou verde oliva ou cinza chumbo). Acessos revestidos com piso antiderrapante e guarda corpo com altura mínima de 1,10m. Guarda corpo e corrimão das rampas e escadas revestidas com tecido branco e azul. Estrutura adicional de octanorme para proteção e separação de 04 banheiros químicos.
- h) Para a redução do calor e secura ambiente, deverão ser instalados na tribuna, no mínimo 04 (quatro) Resfriadores Evaporativos para grandes ambientes (150-200m²), voltagem de 220V e emissão de ruído menor ou igual a 75dB, em dimensões de tamanho compatíveis com a capacidade de público, sem impactar na perda de espaço para circulação e acomodação.
- i) Todo o fundo da tribuna deve ser fechado com estrutura de octanorme ou similar, com portas de acesso nas rampas e escadas.

2. Arquibancadas:

2.1 Tendo em vista o espaço disponível para a montagem, todas as estruturas deverão obedecer ao Projeto de Arquibancadas das estruturas apresentado pela CONTRATANTE, observando sempre a vegetação existente no espaço (Anexo I - Apêndice 5 – Projeto Arquibancadas). Em caso de vegetação existente no espaço, a CONTRATADA deverá se valer de mecanismos para mantê-la intacta ou utilizar-se de alternativas para preservá-la.

Descrição:

2.2 Arquibancadas com capacidade para 30 mil pessoas sentadas, em estrutura tubular metálica galvanizada, em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com assentos de estrutura metálica tubular com capacidade de carga de no mínimo 400kg/m², guarda corpo padronizado por toda extensão, e escadas de acesso com corrimão. Os corrimãos devem possuir as terminações (pontas) arredondadas ou curvas.

2.3 Nas arquibancadas em que a inclinação for superior ou igual a 32 graus, é obrigatória a instalação de guarda-corpos na frente de cada fila de assentos e altura dessas barreiras deve ser de no mínimo 0,70m do piso.

2.4 Os vãos (espelhos) entre os assentos das arquibancadas devem ser fechados com materiais de resistência mecânica análoga aos guarda-corpos. A barreira protetora solicitada para diminuir o vão perpendicular (espelho) da arquibancada constitui uma guarda vertical contínua para proteção contra eventuais quedas, com vão máximo de 0,15m, conforme item 7.2.6, da INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 01/2013- SEDEC/DF, da PORTARIA Nº 27, DE 14 DE JUNHO DE 2013 ou outra que vier substituir.

2.5 Fechamento do fundo de todos os módulos de arquibancadas com cercas metálicas de 2,00m x 2,20m. Áreas de recuo externas para controle de acesso com fechamento lateral em cercas metálicas de 2,00m x 2,20 m e pórtico de entrada com tenda, catraca e contador ou aparelho de medição de público, para controle de acesso às

arquibancadas. Controle fundamental para a prevenção de acidentes, observando sempre os fatores de acesso, acomodação, conforto, escoamento e segurança. Todas as arquibancadas devem ter placa de indicação de capacidade fixada em local visível, fornecidas pelo contratado.

2.6 Todas as arquibancadas deverão ter fechamentos com forração em tecido tencionado, visando a cobertura das laterais e dos fundos de todas as arquibancadas. Os tecidos deverão ter as mesmas medidas proporcionais ao tamanho da arquibancada e deverão ser unicamente em 3 (três) cores alusivas ao evento (cor a ser decidida pela contratante);

2.7 Todas as arquibancadas ou blocos de arquibancadas não afetadas por intervenientes, naturais ou não, devem ter cobertura CONSTRUIDA EM BOX TRUSS modelo duas águas com calhas de escoamento de águas pluviais em lona antichamas com proteção UV e bloqueador solar fixada na estrutura de base das arquibancadas, contruídas em tubos metálicos 100mmX100mm e travadas com gradil de proteção em todo perímetro da estrutura com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50KM por hora.

2.8 As coberturas das arquibancadas não devem ser fixadas por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas. Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura da tribuna, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados nas arquibancadas. Arquibancadas deverão ser ambientadas com tecido, projeto a ser aprovado pela contratante.

2.9 AMBIENTAÇÃO com tecido tencionado no fundo das arquibancadas. Projeto e cores a serem aprovados pela contratante.

2.10 A montagem deverá seguir os 15 modelos abaixo, de acordo com o posicionamento definido no Projeto Geral apresentado pelo contratante (Apêndice I – Projeto Geral):

Projeto Geral de Distribuição das Estruturas

- a) Arquibancada modelo 1 – 29,90m x 6,60m - 12 degraus de no máximo 55cm cada;
- b) Arquibancada modelo 2 – 25,50m x 6,60m - 12 degraus de no máximo 55cm cada;
- c) Arquibancada modelo 3 – 20,70m x 6,60m - 12 degraus de no máximo 55cm cada;
- d) Arquibancada modelo 4 – 9,20m x 6,60m - 12 degraus de no máximo 55cm cada;
- e) Arquibancada modelo 5 – 16,10m x 6,60m - 12 degraus de no máximo 55cm cada;
- f) Arquibancada modelo 6 – 6,90m x 6,60m - 12 degraus de no máximo 55cm cada;
- g) Arquibancada modelo 7 – 29,90m x 4,40m - 08 degraus de no máximo 55cm cada;
- h) Arquibancada modelo 8 – 25,50m x 4,40m - 08 degraus de no máximo 55cm cada;
- i) Arquibancada modelo 9 – 18,40m x 4,40m - 08 degraus de no máximo 55cm cada;
- j) Arquibancada modelo 10 – 18,40m x 4,40m - 08 degraus de no máximo 55cm cada;
- k) Arquibancada modelo 11 – 16,10m x 4,40m - 08 degraus de no máximo 55cm cada;
- l) Arquibancada modelo 12 – 9,20m x 4,40m - 08 degraus de no máximo 55cm cada;
- m) Arquibancada modelo 13 – 9,20m x 2,20m - 04 degraus de no máximo 55cm cada;
- n) Arquibancada modelo 14 – 6,90m x 2,20m - 04 degraus de no máximo 55cm cada;

o) Arquibancada modelo 15 – 29,90m x 6,60m - 11 degraus de no máximo 55cm cada e passarela de 1,10m de largura.

3. Tablados:

3.1. Tendo em vista o espaço disponível para a montagem, todas as estruturas deverão obedecer ao Projeto Geral de Distribuição apresentado pelo contratante (Apêndice I – Projeto Geral).

3.2. 06 (seis) Tablados para pessoas com deficiência, com capacidade para 50 (cinquenta) pessoas cada, medindo 6m x 6m, montada sobre estrutura tubular metálica galvanizada, em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com assentos de estrutura metálica tubular com capacidade de carga de no mínimo 400kg/m², guarda corpo padronizado por toda extensão, e rampas de acesso com corrimão. Fechamento metálico nos fundos e nas laterais com altura mínima de 2,20m. Rampas de acesso com piso antiderrapante, (de acordo com a NBR 9050), ou outra que venha a substituí-la.

3.3. Todos os tablados deverão ter cobertura em sistema de galpão duas águas ou piramidal, com calhas de escoamento de água pluvial, em lona antichamas, com proteção UV e bloqueador solar. Fixada na estrutura de base das arquibancadas, construídas em tubos metálicos 100mm x 100mm e travadas com gradil de proteção em todo perímetro da estrutura e travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50 km por hora.

3.4 As coberturas dos tablados não devem ser fixadas por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas. Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações com a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados para os tablados.

3.5. Áreas de recuo externas para controle de acesso com fechamento lateral em cercas metálicas de 2,00m x 2,20m e pórtico de entrada com tenda, catraca com contador ou aparelho de medição de público, para controle de acesso para cada tablado, arquibancada e grupo de arquibancadas. Controle fundamental para a prevenção de acidentes, observando-se sempre os fatores de acesso, acomodação, conforto, escoamento e segurança.

3.6. 01 (um) Tablado para pessoas com deficiência, com capacidade para 70 pessoas cada, medindo 12m x 6m, montada sobre estrutura tubular metálica galvanizada, em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com assentos de estrutura metálica tubular com capacidade de carga de no mínimo 400kg/m², guarda corpo padronizado por toda extensão, e acesso com rampa. fechamento metálico nos fundos e nas laterais com altura mínima de 2,20m. rampas de acesso com corrimão e com piso antiderrapante, (de acordo com a nbr 9050) a ser instalado no espaço do bloco j.

4. Estruturas de Imprensa e Transmissão:

4.1. **01 (um) PALANQUE/TRIBUNA DE IMPRENSA** com 300M², composta por áreas ambientadas e forradas em colunas, teto e pisos. A estrutura inclui 2 escadas de acesso e 300m² de piso, distribuídos em 6 níveis de altura, uma estrutura de apoio em octanorm, mobília, coffee break para 300 pessoas, climatizadores de ambiente, paisagismo, banheiros químicos e 200 cadeiras. Foram reservados 150m² para área de trabalho e convivência dos jornalistas.

4.2. Área de cobertura construída em box truss modelo duas águas em lona antichamas com proteção uv e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base o, construídas de tubos metálicos 100mm x 100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50 km por hora. Teto e colunas da cobertura com forração em tecido.

4.3. A cobertura do tablado não deve ser fixada por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas. Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações coma a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados.

4.4. **12 (doze) Praticável para TV**, estrutura de piso com carpete, (cores a definir pelo contratante), medindo 1,60 m x 2,20m, construídos a 1,10m do solo, em estrutura tubular metálica galvanizada montada sobre cavalete tubular modulado com escada de acesso e forração nas laterais.

4.5. **30 (trinta) Torre para instalar delay de sonorização**, medindo 2,20m x 2,20m construídas a 2,20m do solo, em estrutura tubular metálica galvanizada montada sobre cavalete tubular modulado, fechamento de proteção com cercas metálicas de 2,00m x 2,20m, revestimento dos fechamentos externos em lona (leiaute fornecido pelo contratante).

5. Torres:

5.1 02 (duas) TORRE DE CONTROLE - torres de controle estrutura medindo 9,2 x 4,60m, com 2 andares, sendo o primeiro construído a 2,20m do solo, em estrutura tubular metálica galvanizada produzida em tubos de 2 polegadas de aço carbono na chapa mínima de 2,65mm de parede em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de carga de no mínimo 400kg/m², piso regular e nivelado, guarda corpo padronizado por toda extensão, e escadas de acesso com corrimão, montagem de cabine construída em octnorm duplo com tratamento acústico, sendo meia parede em ts e meia parede em vidro, balcões de trabalho nas extremidades, cadeiras e ar condicionado de 12 mil btu's nos dois pisos, fechamento com cercas metálicas de 2,00m x 2,20m. Revestimento dos fechamentos externos em lona (leiaute fornecido pelo contratante).

5.2 - área de cobertura construída das torres deverão ser em box truss modelo duas águas em lona antichamas com proteção uv e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base o, construídas de tubos metálicos 100mm x 100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50 km por hora. Teto e colunas da cobertura com forração em tecido

5.3 Cobertura das torres não deve ser fixada por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas. Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações como a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados.

6. 01 (uma) CABINE DE LOCUÇÃO estrutura medindo 9,2 x 4,60m, com 2 andares, sendo o primeiro construído a 2,20m do solo, em estrutura tubular metálica galvanizada produzida em tubos de 2 polegadas de aço carbono na chapa mínima de 2,65mm de parede em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de carga de no mínimo 400kg/m², piso regular e nivelado, guarda corpo padronizado por toda extensão, e escadas de acesso com corrimão, montagem de cabine construída em octnorm duplo com tratamento acústico, sendo meia parede em ts e meia parede em vidro, balcões de trabalho nas extremidades, cadeiras e ar condicionado de 12 mil btu's nos dois pisos, fechamento com cercas metálicas de 2,00m x 2,20m. Revestimento dos fechamentos externos em lona (leiaute fornecido pelo contratante).

6.1 Na parte da frente e laterais, a torre de locução deve ser fechada com meia parede em estrutura de vidro, acrílico ou similar que permita visibilidade do desfile.

6.2 Área de cobertura construída em box truss modelo duas águas em lona antichamas com proteção uv e bloqueador solar, com calhas, pé direito com 6 metros de altura, e escoamento de água pluvial, fixada na estrutura de base o, construídas de tubos metálicos 100mm x 100mm, com travamento através de cabos de aço com capacidade de tração compatível a ventos de 50 km por hora. Teto e colunas da cobertura com forração em tecido.

6.3 A cobertura da cabine não deve ser fixada por meio de cintas planas, talhas, demais equipamentos para elevação de carga e outros materiais paliativos, ou sem amparo normativo, devendo ser feito com parafusos e porcas.

6.4 Caso a cobertura não seja parte integrante da estrutura, não serão admitidos colunas ou mastros de sustentação que promovam oscilações como a ação mecânica ou do vento. As coberturas devem cobrir por completo todos os módulos estruturais utilizados.

7. ÁREA DE DRONE

7.1. **01 (uma) Área operadores de drones** - piso medindo 10x15 metros, com nível de 2.20 metros do solo, em estrutura tubular metálica galvanizada produzida em tubos de 2" de aço carbono na chapa mínima de 2,65mm de parede em sistema de andaime e travas formando blocos de sustentação, com capacidade de carga no mínimo 400kg/m², piso regular e nivelado, guarda corpo padronizado por toda extensão, duas escadas de acesso com

corrimão. Fechamento com cercas metálicas 2,00x2,20 metros. Revestimento dos fechamentos externos em lonas antichamas.

7.2. Cobertas com cobertura sistema duas águas em lona antichama, com proteção de uv e bloqueador solar.

8. Área Reservada

8.1 01 (uma) Sala Reservada - localizada na lateral da tribuna 4, com 80m² (50 m² para sala e 20m² para o banheiro)- mínimo 1m30 de altura com paredes octanorm com ar condicionado, carpetado, três portas.

8.2 80M² de tablado para instalação da sala reservada.

9. Fechamentos e Grades de Segurança

Descrição:

9.1. 10.150 metros lineares de fechamento em placas metálicas de 2,00 metros de altura por 2,20 metros de comprimento ou formato similar, com fixações feitas com esberras e pontas de eixo.

9.2. 18.750 metros lineares de grade de segurança de metal tubular, com aproximadamente 1,20 metros de altura e 2,20 metros de largura, autofixável ou de encaixe, presas uma a outra com abraçadeira em nylon de 535mm.

10. Sistema Gerador de Energia:

Descrição:

10.1. 14 (quatorze) Sistema gerador grupo diesel com gerador super silenciado, acoplado em caminhão, container 180kva, 380 / 220 volts – 60hz – 1.800rpm. Motor diesel 4 tempos, injeção direta, 6 cilindros em linha, 215cv, partida elétrica 12vcc, turbo alimentado, refrigerado a água através de radiador com ventilador soprante e tanque de expansão, motor acoplado a alternador, regulador eletrônico de tensão, fator de potência 0,8 indutivo, quadro de comando e controle manual contendo 01 voltímetro com chave seletora de fase, 01 amperímetro com chave seletora de fases, 01 frequencímetro e 01 disjuntor tripolar. Conjunto montado com acoplamento direto tipo monobloco (cada).

10.2. comando e controle manual contendo 01 voltímetro com chave seletora de fase, 01 amperímetro com chave seletora de fases, 01 frequencímetro e 01 disjuntor tripolar. Conjunto montado com acoplamento direto tipo monobloco (cada).

10.3 A empresa deve enviar um técnico responsável pela instalação, manutenção, funcionamento e abastecimento dos geradores e o valor do combustível já deve estar incluso no valor final da proposta.

11. Sistema de Sonorização:

Descrição:

11.1 Serviço de sonorização para o percurso do desfile - 2.000m lineares. (com 12 pontos extras - para ampliação da área do desfile após buraco do tatuí) equipamento delay com links sem fio com transmissor e receptor, sem cabos aéreos, interligado com a mesa de som e sistema de transmissão ao vivo. Sonorização ambiente nas tribunas de honra, interligado com a avenida e sistema de transmissão ao vivo com sistemas de amplificação compatíveis com os equipamentos e especificações abaixo e cabeamento suficiente para cobrir toda a área com qualidade e excelência, dimensionados de acordo com as normas de segurança. Na semana que antecede ao evento, em data a ser definida, deverá ser montado dispositivo mínimo para teste (caixa de som, microfones e mesa de som).

11.2 Especificações técnicas: caixas som kf 850 eaw ou similar - caixas som 3b 850 eaw ou similar - mixing console digital 40 canais - 08 subgrupos, 12 vias auxiliares e 08 efeitos, equalização 04 bandas mais 04 paramétricos e 04q, com ponto de insert, ou similar - estabilizador de tensão zero - ultra curveanalisador - ultra gain - compressor valvulado - equalizador bss - processador de p.a. - cd player - sistema de intercom - microfone com fio - microfone sem fio - microfone de lapela sem fio – microfone auricular sem fio. Microfone para uso em coral e condensador para instrumentos.

12. Telões

Descrição

12.1. 635m² de área (a ser definido pela condeção de planejamento) para instalação de Painéis Digitais Full color full color, led p 2.95mm, outdoor, instalados e interligados com o sistema de captação de áudio e vídeo com 02 pas de som e 01 antena parabólica cada, instalado em estrutura tubular com capacidade de carga de no mínimo 400kg/m². Travamento através de cabos de aço ou cintas de nylon com capacidade de tração compatível a ventos de 50km p/HR.

13. Tendas e Estruturas de Apoio

Descrição:

13.1. 191 (cento e noventa e um) Tendas de 36m², aberta, sem piso, para usos diversos em acessos, pórticos e apoio, travamento através de cabos de aço ou cintas de nylon com capacidade de tração compatível a ventos de 50 km p/hr (entrada arquibancadas, imprensa, ponto de água da caesb, áreas pós buraco do tatuí)

13.2. 01 (uma) Tenda de 16m², aberta, com piso palet acarpetado (área de tribunas), travamento através de cabos de aço ou cintas de nylon com capacidade de tração compatível a ventos de 50 km p/hr..

13.3. 01 (uma) Tendas de 100m², sala de 50m² fechada, compainés e piso, com uma área de depósito e uma área de apoio, com entradas independentes (retaguarda da tribuna especial)

13.4. 15 (quinze) Tenda DE 100M², aberta, sem piso, para usos diversos em acessos, travamento através de cabos de aço ou cintas de nylon com capacidade de tração compatível a ventos de 50 km p/hr (tribuna, oré-credenciamento, caesb caminhões grande).

14. Ambientação das Tribunas Modelo 1, 2, 3 e 5

Descrição:

14.1. Ambientação, mediante apresentação de proposta técnica e de leiaute antes da execução, para tribunas de autoridades considerando: revestimento dos fechamentos externos em lona (leiaute fornecido pelo contratante) revestimento do guarda corpo, das escadas e rampas de acesso em tecido branco, amarelo, verde e azul, bem como a forração, em tecido tencionado, de todo o restante da parte estrutural, teto e pés. Ornamentação com plantas naturais diversificadas com altura máxima de 1,30m.

15. Ambientação da Tribuna Modelo 4:

Descrição:

15.1. Ambientação, mediante apresentação de proposta técnica e de leiaute antes da execução, para tribuna de autoridades modelo 4 considerando: revestimento dos painéis internos de fechamento com adesivo (leiaute fornecido pelo contratante), revestimento dos fechamentos externos em lona (leiaute fornecido pelo contratante), revestimento do guarda corpo das escadas e rampas de acesso em tecido branco e azul, bem como a forração, em tecido tencionado, de todo o restante da parte estrutural, teto e pés. Ornamentação com plantas naturais diversificadas com altura máxima de 1,30m - guarda-corpo de jardineira medindo 10 m de largura e 40 cm de altura na montagem de piso extra.

16. Sinalização:

Descrição – Placas de sinalização e identificação com leiaute fornecido pela contratante nas quantidades especificadas:

a) 15 (quinze) placas de sinalização de 6m x 2m para sinalização de arquibancada;

b) 15 (quinze) placas de sinalização de 2m x 2m para sinalização de arquibancada;

c) 07 (sete) placas de sinalização de 2m x 1m para acesso das tribunas;

d) 07 (sete) placas de sinalização de 2m x 1m para identificação das tribunas;

e) 10 (dez) placas de sinalização de 2m x 1m para indicação de acessos;

f) 12 (doze) placas de sinalização de 2m x 1m para indicação de acessos, estacionamentos, circulação, arquibancadas e tribunas;

g) 23 (vinte e três) placas de sinalização para orientação de fluxo de trânsito, com as seguintes características

g1) Placa no formato A1 (59,4 x 84,1 cm) em PVC expandido 5mm, revestida de adesivos reflexivos em duas cores (arte fornecida pela Contratante);

g2) Placa no formato A3 (29,7 x 42 cm) em PVC expandido 5mm, revestida de adesivos reflexivos em duas cores (arte fornecida pela Contratante);

g3) Tubo de metalon industrial quadrado 20x20 CH 18, de 2m de largura, pintado com tinta esmalte cor alumínio;

g4) Tubo de metalon industrial quadrado 15x15 CH 18, de 1m de largura, pintado com tinta esmalte cor alumínio. Material para fixação dos tubos nas placas com parafusos, porcas e arruelas e base também em metalon 20x20 CH 18, pintado com tinta esmalte na cor preta. O projeto das placas será fornecido pelo contratante.

g5) Material para fixação dos tubos nas placas com parafusos, porcas e arruelas e base também em metalon 20x20 ch 18, pintado com tinta esmalte na cor preta. O projeto das placas será fornecido pelo contratante.

17. Banheiros Químicos:

Descrição:

17.1. 23 (vinte e três) unidades banheiro químico unissex tipo luxo, com pia com acionamento da torneira no pé, descarga com acionamento no pé, vaso sanitário com cuba e comporta, porta gel, porta papel toalha, porta papel higiênico, grades de ventilação e dutos de respiro, com tampa móvel no fundo que evite a visualização de dejetos e com abastecimento de água para pia e descarga.

17.2. 56 (cinquenta e seis) unidades de banheiro químico - pessoas com deficiência para colocação em pontos diversos conforme orientação da contratante.

17.3. 400 (quatrocentos) unidades de banheiro químico masculino com placa de identificação, para colocação em pontos diversos conforme orientação da contratante..

17.4. 400 (quatrocentos) unidades de banheiro químico feminino com placa de identificação - para colocação em pontos diversos conforme orientação da contratante.

17.5. 01 (um) banheiro luxo, tipo container ou super luxo (masculino e feminino), para sala reserva (tribuna 4).

17.6. Não será admitido o uso de materiais em processo de corrosão, amassados, esmagados, fadigados, empenados e/ou com outras avarias.

18. Sistema de Segurança:

18.1. 20 (vinte) Porticos – Detectores de metais

18.2. 120 (metros) de Unifilas

19. Sistema de Credenciamento Eletrônico de Convidados e Equipes de Trabalho

Descrição:

19.1. 01 (um) Sistema de Credenciamento eletrônico de convidados e equipes de trabalho, com transferência dos dados para um sistema de credenciamento específico.

19.2. Os dados dos convidados (Nome, RG, data de nascimento, filiação, e-mail e telefone) serão recebidos mediante preenchimento de formulário eletrônico em ambiente web, acessado por meio de e-mail marketing a ser encaminhado.

19.3. Os dados das equipes de trabalho (órgão, nome, função e área de atuação) poderão ser fornecidos também pela Contratante em formatos diversos, como por exemplo: word, excel, listas separadas.

19.4. O Sistema de credenciamento de convidados deverá incluir domínio de internet, url aprovada pela contratante, site com formulário eletrônico controlar o recebimento do pedido de convite; confirmar o recebimento da solicitação do convite; emitir convite eletrônico com qr code ou código de barras; controlar a chegada do convidado; controlar acesso do convidado em áreas distintas; imprimir etiquetas com e sem código de barras, de acordo com a demanda da contratante; gerar relatórios estatísticos diversos, como lista diária de demanda por convites; imprimir crachás com fotografia. O convite eletrônico deverá ser lido tanto nas plataformas smartphones, tablets ou impresso pelo próprio convidado.

19.5. O sistema de credenciamento das equipes de trabalho deverá: controlar o recebimento das planilhas/listas das equipes de trabalho dos diversos órgãos envolvidos, mediante curadoria feita pela Contratante; emitir etiqueta com os dados selecionados e informados pela Contratante, por profissional; afixar etiqueta nos crachás (produzidos pela Contratante); proceder a entrega dos crachás, em local e no prazo, determinados pela Contratante informados previamente ao Coordenador executivo designado pela empresa.

19.6. Fazem parte do sistema de credenciamento eletrônico todos os equipamentos necessários para seu pleno funcionamento, tais como computador, impressora, máquinas fotográficas, leitora de código de barra e QR Code. Qualquer outro item necessário

para o pleno funcionamento do credenciamento eletrônico deverá estar contemplado neste item e em quantidade suficiente para atender a todas as áreas de controle de acesso.

19.7. 24 (vinte e quatro) unidades de coletores ou leitores Bluetooth para controle de acesso dos convidados – leitura de QR Code ou código de barras.

20. Serviços Diversos:

Descrição:

20.1. Serviço de instalação elétrica serviço de instalações elétricas nas tribunas, tendas e estruturas de apoio. As instalações deverão ser realizadas via aérea, no intuito de evitar o contato do público geral com as instalações e sistemas elétricos. Deverão ser fornecidos pela empresa o projeto técnico e o laudo técnico, executados por engenheiro elétrico, de acordo com a normas da ABNT NBR 13570 - instalações elétricas em locais de afluência de público - requisitos específicos.

20.2. Sistema de aterramento individual para estruturas metálicas, tendas e coberturas com no mínimo duas hastes de aterramento em aço cobreado de tamanho e diâmetro compatíveis com as estruturas. Deverão ser fornecidos pela empresa o projeto técnico e o laudo técnico, executados por engenheiro elétrico, de acordo com a norma ABNT NBR 15749:2009 - medição de resistência de aterramento e de potenciais na superfície do solo em sistemas de aterramento, com medições feitas por instrumento medidor de resistência de aterramento (terrômetro) pelo método da queda de potencial.

20.3. 02 (dois) Projeção mapeada no Museu Nacional e Congresso Nacional, com todo o equipamento necessário para o mapping, bem como toda a estrutura necessária para a execução do serviço descrito. Projeção mapeada: técnica que permite a projeção de imagens e animações com design 2d ou 3d em qualquer superfície de escala arquitetônica, bem como em objetos ou produtos, podendo oferecer apresentações interativas incluindo as chamadas implementações 4d e 5d. Tecnologia permite que vídeos de altíssima resolução sejam projetados sobre formas geométricas complexas como veículos, estátuas ou fachadas de prédios sem distorções. G gerenciado pelo sistema de produção e reprodução para multi-displays e mapping (mapeamento) que permite a orquestração de animações, gráficos, vídeo, som, luz, interatividade e live feeds . Sistema também é responsável por realizar os ajustes (distorções geométricas) necessários para encaixar o conteúdo 3d/2d criado na superfície projetada, inclusive em superfícies esféricas e fachadas e pode ser operado remotamente. Fornecimento da produção de conteúdo no formato arquitetônico, das referidas instalações e equipe técnica para a execução do serviço para o perfeito funcionamento da projeção, pelo período de 7 dias.

20.4. Criação de conteúdo para projeção mapeada (conceituação e criação personalizada do conteúdo, áudio e trilha sonora), animação 2d e 3d: animação em 3d, composição de imagens e efeitos visuais. Criação de áudio design que engloba todas as etapas da parte de som e sonorização, incluindo o desenho das soluções de reprodução adequadas aos locais e conteúdo, a criação de faixas de áudio originais e/ou a inclusão de trilhas específicas no contexto das animações e/ou interações, bem como a finalização com a montagem destes elementos em uma faixa final a ser reproduzida (a empresa deverá possuir todos os softwares para produção). Todos os conteúdos deverão ser inseridos em tempo real em projeções, vídeo wall, telas, televisores, e outros meios, atingindo um grande nível de interatividade. O visual deverá ter uma dinamicidade dos live feeds de twitter, facebook ou conteúdo enviado pelo próprio público como fotos, vídeos, depoimentos ou tags por exemplo. Ao unir tudo isso ao evento, estes aplicativos atuam como catalisadores tanto na interação do público como na repercussão em redes sociais, blogs e outros meios digitais e tradicionais. O custo deverá contemplar possíveis ajustes e alterações.

20.5. Software de controle de frequência/acesso eletrônico para auxiliar o credenciamento do público em cada tribuna. Controle de frequência/acesso implantado na porta de cada sala das atividades que devem ter a frequência/acesso do público de forma gerenciada. Deve dispor de um terminal portátil do tipo coletor de dados com teclado que permita a leitura de código de barras das credenciais do participante e ainda a título de contingência, permitir a leitura dos códigos de barra para a validação da credencial dos participantes e a frequência do mesmo. Identificar quantidade de vaga por sala, carga horária dos participantes e a inscrição do participante por tema. O mesmo controle de frequência/acesso deve dispor ainda de controles nos acessos aos locais das atividades farão o registro de entrada e saída dos participantes, quando. O controle deve ainda fazer a contagem dos público presente, tratar da liberação de acesso ao local do evento. Deve ser disponibilizado ainda os registros das diversas ocorrências para verificação e auditoria da frequência. Deverá ser gerado imediatamente no fim do primeiro período de credenciamento um relatório com a estatística do público e deverá ser entregue em até 03 dias um relatório completo com todas as informações de entrada de dados. Incluso treinamento da equipe de credenciamento para utilização do software, supervisão do pleno funcionamento do software ao longo do evento e emissão de relatório antes, durante e após o evento. O relatório de fechamento deverá ser entregue até o próximo dia útil após o término do evento

20.6. 42 (quarenta e dois) locações de extintores de incêndio de pó químico necessários para serem distribuídos em todas as instalações do evento, sendo 6 (seis) em cada tribuna.

20.7. 01 (um) coordenador de credenciamento - profissional com experiência na manipulação e controle de inscrições por meio de banco de dados específico, pelo período de 30 dias (8 horas diárias), a partir da assinatura do contrato. Atuará no recebimento dos formulários, emissão de credenciais, emissão e envio de convites, geração de relatórios e todas as atividades relacionadas ao credenciamento de equipes de trabalho e convidados para as arquibancadas da área de segurança.

20.8. 12 (doze) Assistente de credenciamento - profissional que assistirá o coordenador, executando tarefas de suporte ao credenciamento e emissão de convites, bem como atividades de conferência e organização das entregas de credenciais de serviço e convites, incluindo protocolos de entrega, pelo período de 30 dias (8 horas diárias), a partir da assinatura do contrato.

20.9. 01 (um) coordenador de documentação e serviços gerais – profissional para a execução de funções diversas, incluindo o levantamento e entrega de documentos, ofícios e projetos para a obtenção de todas as autorizações legais exigidas para a execução das atividades junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores, tais como gabinete de segurança institucional da presidência da república, defesa civil, corpo de bombeiros militar, administração de Brasília, e demais órgãos do GDF e do governo federal que se fizerem necessários. Atuará também em atividades diversas, prévias ao evento e acompanhamento do evento no local, e pós evento.

20.10. 02 (duas) equipe composta por 35 (trinta e cinco) pessoas para serviço de limpeza permanente das tribunas antes e durante o evento, sendo no mínimo 4 (quatro) pessoas para cada tribuna, incluindo o material de limpeza necessário (bactericidas e produtos químicos de higienização, papel higiênico, etc). Auxiliar de serviços gerais para apoio em eventos, executado por profissional capacitado a dar apoio em todas as atividades de transporte, montagem e desmontagem, acondicionamento, limpeza (incluindo banheiros e áreas externas ao espaço do evento), conservação nas dependências do evento e instalação e desinstalação, antes, durante e depois da realização do evento. Deverá ser fornecida até 05 de setembro relação com foto, nome e cópia do rg e cpf de todos os integrantes da equipe.

20.11. 02 (dois) coordenador para equipe de limpeza de todos os espaços, responsável por acompanhar os auxiliares de serviços gerais, verificando os processos de montagem, desmontagem, carregamento, transporte, limpeza, conservação e instalação nas áreas do evento. Irá acompanhar as equipes responsáveis pela limpeza antes e durante o evento.

20.12. 20 (vinte) auxiliares para pessoas com necessidades especiais a serem alocados 2 (dois) profissionais em cada tribuna.

20.13. 02 (duas) equipe composta de, no mínimo, 28 (vinte e oito) seguranças, orientadores, controladores e demais serviços necessários à execução do serviço de controle de acesso nas arquibancadas e tablados para pessoas com deficiência, conforme o quantitativo final de módulos, considerando atendimento em todos os módulos, com no mínimo 4 (quatro) profissionais por tribuna. Deverá ser fornecida até 05 de setembro relação com foto, nome e cópia do rg e cpf de todos os integrantes da equipe.

20.14. 04 (quatro) coordenador de segurança dos espaços: contratação de profissional responsável com rádio ht por todas as áreas a serem monitoradas nas 24 horas pré e pós evento.

20.15. 32 (trinta e dois) brigadistas para salvaguarda e atendimento ao público a serem alocados 3 (três) profissionais em cada tribuna. Valor da diária uso de rádio ht por cada por cada brigadista. (unidade de medida: diária/12h) para montagem, execução e desmontagem.

20.16. 02 (duas) equipe de 20 pessoas para serviço de distribuição de material nas áreas do evento. Deverá ser fornecida até 05 de setembro relação com foto 3x4, nome e cópia do rg e cpf de todos os integrantes da equipe.

20.17. 44 (quarenta e quatro) recepcionista, profissional capacitado, com experiência, trajando uniforme, para recepcionar a entrada e controlar/dar assistência a saída público, a serem alocados 4 (quatro) profissionais em cada tribuna; auxiliar na localização de pessoas nas tribunas; ser cordial, agradável, solícito e colaborativo para prestar informações; encaminhar corretamente o público ao local desejado; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério do evento; vestir-se de forma discreta, trajando uniforme ou roupa clássica.

20.18. 01 (uma) equipe de 05 pessoas para serviços de apoio e transporte (carregadores) de material nas áreas do evento, com todos os equipamentos e insumos necessários ao trabalho. Deverá ser fornecida até 05 de setembro relação com foto 3x4, nome e cópia do rg e cpf de todos os integrantes da equipe.

20.19. 01 (uma) equipe de 10 pessoas para coordenação da área de tribuna. Deverá ser fornecida até 05 de setembro relação com foto 3x4, nome e cópia do rg e cpf de todos os integrantes da equipe.

20.20. Bandeiras do Brasil:

Descrição:

20.21. 10.000 (dez mil) Confeccionada em tecido, tamanho 45x60cm com haste de plástico.

20.22. Boné:

Descrição:

22.23. 10.000 (dez mil) confeccionado em tecido supercap, modelo americano, fecho traseiro em fivela de metal, personalização em silk (pintura), botão forrado;

22.24. Boné Modelo 6 gomos:

Descrição:

22.25. 3.000 (três mil) confeccionado em brim pesado, aba sanduiche de tecido, tela nas laterais e atrás, entretela frontal simples, carneira e acabamento interno em algodão, botão plástico encapado com o próprio tecido e regulador de tecido com fivela de metal, com impressão quatro cores em silk screen ou bordado da logomarca do evento em alto relevo, cor a definir.

22.26. Confeção de 10 (dez) Talabares

22.27. Confeção de 10 (dez) Mastros

22.28. Confeção de 10 (dez) ponteiros para mastro

23. Mobiliário

Descrição:

23.1. 01 (um) sofá pequeno de 02 lugares com braço, para sala reservada. Apresentar mostruário com 03 opções de modelo para aprovação, até 03 (três) dias antes do evento.

23.2. 02 (duas) poltronas pequena de 01 lugar, com braço para sala reservada. Apresentar mostruário, até 03 (três) dias antes do evento.

23.3. 01 (um) aparador de 1m de comprimento e no máximo 0,50m de largura, para sala reservada. Apresentar mostruário com 03 opções de modelo para aprovação, até 03 (três) dias antes do evento.

23.4. 01 (uma) mesa baixa de apoio de no máximo 0.50mx0,50m para sala reservada. Apresentar mostruário, até 03 (três) dias antes do evento

23.5. 01 (uma) mesa de madeira para serviço de buffet sala reservada.

23.6. 01 Mesa redonda pequena com 4 cadeiras – sala reservada

23.7. 02 (dois) Arranjos de flores simples – sala reservada

23.8. 01 (uma) palmeira para sala reservada

23.9. 01 Tapete 3x3 – sala reservada

23.10. 01 (uma) mesa de madeira para serviço de buffet de aproximadamente 2mx1m

23.11. 200 (duzentas) cadeiras de plástico

23.12. 30 (trinta) mesas de plástico quadrada

23.13. 12 (doze) balcão de credenciamento em madeira pintadas (cor a escolher pela contratante) e com adesivo na parte frontal (arte enviada pela contratante, produção e instalação pela contratada), com prateleira interna. Dimensões: 1,5m de largura x 1,10 m de altura.

23.14. 40 (quarenta) lixeiras para ambiente interno

23.15. 40 (quarenta) lixeira para ambiente externo

23.16. 08 (oito) totem carregar de celular torre, estrutura em perfil de alumínio 140mm; base sólida de ferro, com quatro rodízios para movimentá-lo; acabamento pintura eletrostática; frente com seis nichos para carregar celulares; cada nicho possui chaves e cabos individuais, aceita aparelhos apple ou android; verso em placa de acm com adesivo revestido; área visual: 0,80 x 1,90m; dimensões gerais aproximadas 0,80 x 1,95 x 0,50m. Bivolt. Sendo 1 (um) totens por tribuna.

23.17. 21 (vinte e um) balcão curvo adesivado com testeira, em mdf branco adesivado em cores, com testeira elevada, prateleiras, porta de correr e fechadura com tranca, medindo 1,40m de largura x 1,10m de altura e 52 cm de profundidade. Incluso sinalização. Em excelente estado de conservação, sendo 3 (três) balcões por tribuna.

24. Alimentação

24.1. 8 (oito) Garçom Profissional, com experiência, responsável por atender os participantes do evento, servindo comidas e bebidas, bem como pela manutenção e organização das mesas. Deverá portar bandejas para servir à mesa diretora quando solicitado.

24.2. Coffee Break (tribuna 2 e 4) para 600 (seiscentas) pessoas, serviço ininterrupto contemplando pães de metro ou mini sanduíches, pães de queijo, 2 tipos de itens doce (bolo, torta, etc), salada de frutas, 5 tipos de salgados. Opção vegetariana. Água mineral, café, leite, chocolate quente, chá, iogurte, 2 tipos de sucos naturais da fruta e 2 tipos de refrigerantes (uma opção diet). Incluindo todas as louças (Ex: Réchauds, copos, taças, guardanapos, louças, pratarias, talheres e gelo) equipe necessária (garçom, copeira e limpeza do ambiente). Sujeito à aprovação do cardápio. Não serão aceitos petit fours e não será contabilizado como item apenas a troca de ingredientes do recheio. Prever opções vegetariana. Duração do serviço - 3 horas. Prever a identificação das bebidas por meio de prismas, se necessário em português e inglês. (TRIBUNA 4 FECHAR C/ CERIMONIAL).

24.3. Coffee Break (tribuna Imprensa) para 300 pessoas, serviço ininterrupto contemplando pães de metro ou mini sanduíches, pães de queijo, 2 tipos de itens doce (bolo, torta, etc), salada de frutas, 5 tipos de salgados. Opção vegetariana. Água mineral, café, leite, chocolate quente, chá, iogurte, 2 tipos de sucos naturais da fruta e 2 tipos de refrigerantes (uma opção diet). Incluindo todas as louças (Ex: Réchauds, copos, taças, guardanapos, louças, pratarias, talheres e gelo) equipe necessária (garçom, copeira e limpeza do ambiente). Sujeito à aprovação do cardápio. Não serão aceitos petit fours e não será contabilizado como item apenas a troca de ingredientes do recheio. Prever opções vegetariana. Duração do serviço - 3 horas. Prever a identificação das bebidas por meio de prismas, se necessário em português e inglês.

24.4. 30.000 (trinta mil) ÁGUA MINERAL - em copos plásticos de 200 ml para cidadãos da arquibancada. Deverá ter opção natural e gelada. Condicionamento por responsabilidade da contratada.

25. Materiais a serem disponibilizados:

25.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades informadas a partir do item 5.15 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário, necessitando de aprovação prévia pela CONTRATANTE.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.17.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Preposto

6.18. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.19. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto desde o começo até a conclusão do projeto, incluindo a desmontagem da estrutura providenciada e a entrega do relatório final dos serviços prestados.

6.20. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice IV (doc SEI 6738217):

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos responsáveis, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, de acordo com as especificações constantes no cronograma do item 5.13 desse Termo de Referência.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.12. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1 o prazo de validade;

7.15.2 a data da emissão;

7.15.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5 o valor a pagar; e

7.15.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.17. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.18.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.18.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.30. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.30.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.30.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.31. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

7.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/05/2025.

7.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de

dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

SG =	Ativo Total
	<hr/>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	<hr/>
	Passivo Circulante

8.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

8.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.30.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1 À capacidade de acomodação de público: comprovação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da capacidade total prevista para o evento, ou seja, comprovação de montagem de estrutura de arquibancadas para um público de no mínimo 15.000 (quinze mil) pessoas.

8.31.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.5 A exigência dos atestado se justifica pela necessidade de obtenção de garantia de experiência e qualidade comprovada da contratada na prestação dos serviços em comento, devido a complexidade técnica da contratação.

8.31.6 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.32 Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.32.1 Profissional de nível superior com formação em segurança do trabalho: serviço de montagem de estrutura de arquibancadas.

8.32.1.1 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.33. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.34 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.35 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

8.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.438.165,51

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 7.438.165,51 (sete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na planilha de custos de formação de preços.

9.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. Infrações e Sanções Administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4 Multa:

11.2.4.1 *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1.0% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias*

11.2.4.2 *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

11.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **8% (oito por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **7% (sete por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Obrigações da Contratante

12.1. São obrigações do Contratante:

12.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

12.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

12.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.1.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

13. Obrigações da Contratada

13.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.2 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.5 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

13.1.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

13.1.7.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.1.7.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.1.7.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.1.7.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.1.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

13.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.1.15 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.1.16 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

13.1.18 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.1.19 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho; [A3]

13.1.20 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

13.1.21 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.1.22 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.1.23 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.1.24 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.25 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.1.26 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

13.1.27 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

13.1.28 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

13.1.29 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

13.1.30 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

13.1.31 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

13.1.32 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

13.1.33 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

13.1.34 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

14.1.35 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.1.36 Adotar boas práticas no que diz respeito à sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos. Os impactos ambientais gerados por esta demanda não são superiores nem mais impactantes do que qualquer outra demanda de contratação.

13.1.37 Atender aos requisitos técnicos de sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos, sob pena de aplicação das sanções contratuais e sem prejuízo às demais ações cabíveis junto aos órgãos responsáveis.

13.1.38 Adequar todas as estruturas para aspectos de acessibilidade que permitam ampla participação popular, independente das condições de cada cidadão. Além disso, todo material utilizado na ambientação e sinalização, dentre os confeccionados em lonas e banners de PVC, deverá ser doado para cooperativas de recicláveis que utilizem esses materiais para geração de emprego e renda com o reaproveitamento do material, preferencialmente com mão de obra local. Adicionalmente, as peças publicitárias gráficas utilizadas nas estruturas do evento deverão seguir padrões de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, como uso preferencial de papel com origem em fontes certificadas. Passado o evento, a prestação de contas deverá incluir, dentre outros, documento comprobatório de que a doação foi realizada.

13.1.39 Adequar todas as atrações e estruturas para aspectos de acessibilidade que permitam ampla participação popular, independente das condições de cada cidadão. Além disso, todo material impresso em lona, a ser produzido para o evento, deverá ter seu descarte de forma sustentável, preferencialmente com doação para cooperativas de recicláveis, que possam fazer o reaproveitamento do material.

13.1.40 Atender, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) Resíduos Sólidos em Geral:

a.1) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.2) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

a.1) Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

a.2) Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

a.3) Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

a.4) Outras formas vedadas pelo poder público.

14. Disposições Finais

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA MARIA DE MOURA OTAVIANO

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 16:47:58.

RAILTON LOPES DOS SANTOS

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 16:10:35.

FABRICIO DA SILVA GAMA

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 15:56:50.

ROBERTA BATTISTI PEREIRA

Membro da comissão de contratação

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação Social

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.11 O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO V-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. OBJETIVOS A ATINGIR

2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

3.2. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

4. SANÇÕES

4.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

4.2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

4.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

4.4. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar diariamente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

5. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

5.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2. Para tanto, serão três indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cálculo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)	
Conforme anexo V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG	
Indicador nº 01 - Materiais e equipamentos	
Finalidade	Garantir a quantidade e qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.

Meta a cumprir	100% dos materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços do evento.	
Instrumento de medição	Conferência local.	
Forma de acompanhamento	Visual, pelos(as) serventes e fiscal do contrato.	
Periodicidade	Diária.	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências/ Pontuação	Atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos, conforme condições previstas em Edital, necessários à execução dos serviços do evento no início da execução do contrato.	1 ponto por dia
	Atraso na substituição dos equipamentos que tenham sido danificados durante seu uso.	0,5 ponto por dia
	Entrega de material em quantidade inferior ao estipulado no Termo de Referência.	0,5 ponto por dia
	Não substituição de materiais em desconformidade com a qualidade especificada no Termo de Referência.	0,5 ponto por dia
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

Indicador nº 02 - Equipe de pessoal	
Finalidade	Garantir a quantidade de pessoal especializado necessários(as) à plena execução dos serviços do evento e conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços.
Meta a cumprir	100% da presença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.
Instrumento de medição	Conferência local.
Forma de acompanhamento	Visual, pelo fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.
Periodicidade	Diária.

Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências/ Pontuação	Deixar o posto de trabalho, sem a devida justificativa.	1 ponto por ocorrência, por colaborador
	Recusar-se a executar os serviços compatíveis com o posto de trabalho, sem motivo justificado.	1 ponto por ocorrência, por colaborador
	Destruir ou danificar documentos e/ou equipamentos pertencentes à contratante por culpa ou dolo do funcionário da contratada.	2 pontos por ocorrência, por colaborador
	Adotar conduta incompatível com as atribuições do posto, favorecendo o surgimento de conflitos e desavenças.	2 pontos por ocorrência, por colaborador
	Não respeitar os horários dos intervalos para repouso e alimentação, fixados pela gestão.	0,5 ponto por ocorrência, por colaborador
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

Indicador nº 03 - Execução dos serviços		
Finalidade	Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados.	
Meta a cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.	
Instrumento de medição	Conferência local.	
Forma de acompanhamento	Visual, pelo fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Diária.	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências/ Pontuação	Deixar de apresentar ou substituir preposto no prazo estabelecido em edital.	1 ponto por dia

	Não atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato.	1 ponto por ocorrência
	Deixar de limpar áreas cobertas pelo objeto da contratação, de acordo com a escala e periodicidade estabelecida pela gestão.	0,5 ponto por ocorrência
	Resultado ineficiente da limpeza, tais como: manchas nos pisos ou vidros, sujeira no chão, móveis ou equipamentos, lixo não recolhido, etc.	0,5 ponto por ocorrência
	Utilização inadequada dos produtos de limpeza, prejudicando o resultado dos serviços	0,5 ponto por ocorrência
	Manter funcionário sem as competências previstas para a execução dos serviços.	0,5 ponto por ocorrência, por colaborador, por dia
	Deixar de substituir funcionário com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta incompatível com suas atribuições no prazo previsto.	1 ponto por ocorrência, por colaborador, por dia
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2 a 5	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 a 8	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
8,1 a 11	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
11,1 a 14	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
14,1 a 16	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
16,1 a 20	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20, 1 a 25	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
25,1 a 30	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.

	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.

FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

INDICADOR 1	
Total de Ocorrências	
Data Ocorrência da	Descrição
INDICADOR 2	
Total de Ocorrências	
Data Ocorrência da	Descrição
INDICADOR 3	
Total de Ocorrências	
Data Ocorrência da	Descrição

NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00170.001838/2025-25

2. Descrição do Objeto

2.1. Contratação de empresa especializada em Planejamento, coordenação, supervisão e execução das ações para a realização do Desfile de 07 de setembro de 2025, no período pré-evento, durante e pós-evento, a ser realizado em Brasília/DF.

3. Descrição da necessidade

3.1. De acordo com as competências estabelecidas no Decreto nº 11.362, de 1º de Janeiro de 2023, em seu art. 1º, inciso XI, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República é competente para supervisionar as ações de comunicação do País no exterior e a realização de eventos institucionais da Presidência da República com representações e autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

3.2. Tendo em vista a proximidade do dia 07 de setembro de 2024, se faz necessária a contratação de empresa especializada para organização e montagem de evento que tem por finalidade suprir as demandas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República nas ações de planejamento, organização, coordenação e execução, dentro das especificações técnicas necessárias para a realização do Desfile de 7 de setembro de 2025, em Brasília /DF.

3.3. Os serviços a serem contratados não afrontam os pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, de modo que o planejamento e as estratégias inerentes à contratação dos serviços objeto do presente estudo constituem apenas atividades acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da SECOM

3.4. O evento, sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, tem por objetivo celebrar a independência do Brasil, incentivando a participação do(a) cidadão(ã) e da sociedade, por meio de atividades que valorizem o civismo e o patriotismo, destacadamente no desfile de 7 de Setembro, tendo em vista ser a mais representativa data cívica comemorada no País.

3.5. O dia 7 de setembro é mais do que uma simples data para os brasileiros, ele simboliza o início da liberdade de uma pátria. De uma história de dominação e controle de uma nação, que por fim ganhou sua independência. Comemorar esta data é de grande relevância para que entendamos a nossa própria história. No dia 7 de setembro de 1822, Dom Pedro proclamou a independência do Brasil as margens do Rio Ipiranga e trouxe "Independência ou morte!" como um marco histórico do país. A partir de então, desvinculamos nossos laços coloniais com Portugal e iniciamos um novo período cultural, sociológico e histórico no país.

3.6. Mais do que apenas entender o contexto dessa data comemorativa, o dia 7 de setembro deve ser lembrado constantemente, e nunca ser esquecido. Com a colonização e o domínio político, diversas rupturas foram instauradas na estrutura social, cultural e política do Brasil. Como uma nação autônoma, construímos uma identidade alegre, forte, vibrante e lutadora. Conquistamos nossa democracia, resistimos por diversas vezes, gritamos, acreditamos, torcemos, cometemos erros e como qualquer liberdade, tiramos algum ensinamento para que possamos corrigir nossos atos posteriormente.

3.7. Ensinar crianças e jovens a apreciarem e valorizarem esse dia é mais um passo para um futuro harmonioso e com menos problemas sociais. Lembrar da nossa história, da nossa luta diária e das nossas conquistas levam o patriotismo no peito e reforçam a ordem e o progresso que levamos na nossa bandeira.

3.8. Dada a importância da data, o desfile cívico-militar foi incorporado ao calendário de eventos tradicionais do Poder Executivo Federal, em Brasília/DF, contando com efetivo envolvimento de diversos órgãos da Administração

Pública Federal e Estadual no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A cada edição, o desfile tem sido aprimorado, para que a experiência vivenciada pelo público, bem como a mensagem transmitida à população reforcem valores de democracia, civilidade e união nacional. Adicionalmente, as ações/atividades que ocorrem no contexto do evento seguem diretrizes aplicáveis à comunicação governamental de valorização da diversidade étnica e cultural, respeito à igualdade e às questões raciais, geracionais, de gênero e de orientação sexual; bem como atenção ao caráter educativo, informativo e de orientação social; adequação das mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público; uniformização do uso de marcas, conceitos e identidade visual utilizados na comunicação, entre outras.

3.9. A contratação deverá compreender uma grande estrutura que possibilite a realização de desfile cívico militar, com capacidade para grande quantidade de público para assisti-lo, confortavelmente durante todo o evento. Para a organização de evento deste porte é necessário planejamento e coordenação para que as ações ocorram sem transtornos, a fim de que os integrantes do desfile, as autoridades e a população possam ser recebidas de maneira apropriada e, consequentemente participem das atividades com conforto e segurança, dentro das normas estabelecidas e exigências determinadas pelos órgãos responsáveis. As peculiaridades envolvidas, sobretudo a dimensão, a logística e a necessidade de efetiva coordenação institucional dos parceiros e intervenientes reforçam a complexidade da realização do evento.

3.10. Diante da complexidade do evento, faz-se necessária contratação de empresa especializada com capacidade técnica e operacional para fornecimento e montagem de arquibancadas e demais itens de infraestrutura. A especialização e experiência a serem exigidas no Termo de Referência são de suma importância, tendo em vista que em um evento desta magnitude é de extrema importância priorizar a segurança do público e das autoridades presentes.

3.11. A empresa deverá, ainda, ser capaz de realizar o planejamento, gerir e executar as demais ações ligadas ao Desfile Cívico-Militar, cabendo à Secretaria de Comunicação Social, por intermédio da Secretaria de Comunicação Institucional, em conjunto com os demais intervenientes institucionais, a mobilização dos órgãos envolvidos na ação, a definição das especificações para a realização do evento, bem como o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das atividades previstas para a execução do objeto da presente contratação.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	PAULO VENICIUS BRITO DA SILVA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Para realização da ação será necessária a contratação de fornecedor apto a realizar eventos de grande porte, com toda a estrutura necessária à realização do desfile cívico-militar, bem como para recepção de público aproximado de 30.000 (trinta) mil pessoas, que assistirão ao desfile.

5.2. Para organização e montagem do evento, a empresa a ser contratada deverá ter capacidade de instalar estruturas e fornecer equipamentos de suporte. Além dessas atividades, a contratada deverá ainda ser capaz de realizar a recepção de autoridades e público expectador e demais serviços conexos. A fim de manter a integração de todas as atividades desenvolvidas na execução do objeto, é necessária a contratação de empresa especializada que seja capaz de desempenhar as atividades e os serviços de forma integral.

5.3. Quanto à natureza do serviço, de natureza comum, não continuado, com objetivo de atender somente à realização das ações para a Semana da Pátria e Desfile de 7 de setembro de 2025.

5.4. Todas as estruturas deverão estar adequadas para aspectos de acessibilidade que permitam ampla participação popular, independente das condições de cada cidadão. Além disso, todo material utilizado na ambientação e sinalização, dentre os confeccionados em lonas e banners de PVC, deverá ser doado para cooperativas de recicláveis que utilizem esses materiais para geração de emprego e renda com o reaproveitamento do material, preferencialmente com mão de obra local. Adicionalmente, as peças publicitárias gráficas utilizadas nas estruturas do evento deverão seguir padrões de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, como uso preferencial de papel com origem em fontes certificadas. Passado o evento, a prestação de contas deverá incluir, dentre outros, documento comprobatório de que a doação foi realizada.

5.5. Como se trata de ação específica, cujo objeto é satisfeito com a realização do evento, estima-se em 06 (seis) meses a duração da vigência do contrato a ser celebrado.

5.6. Por tratar-se de ação específica e à vista da natureza da presente contratação, não há necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas.

5.7. Todos os requisitos da contratação a ser realizada, possuem ampla possibilidade de concorrência no mercado, com a existência de diversos fornecedores, entre empresas de eventos e agências de marketing promocional e live marketing, capacitadas para a realização das ações dessa natureza. São eles fornecedor apto a:

5.7.1. Realizar eventos de grande porte, com toda a estrutura necessária à realização do desfile cívico-militar, bem como para recepção de público aproximado de 30.000 (trinta mil) pessoas, que assistirão ao desfile, sendo 30 mil acomodadas nas arquibancadas/tribunas no desfile cívico-militar e 10 mil pessoas de público circulante nas imediações do desfile;

5.7.2. Prover atrações e estruturas adequadas para aspectos de acessibilidade que permitam ampla participação popular, independente das condições de cada cidadão;

5.7.3. Entregar **Projeto Técnico** das estruturas temporárias, constituído por: planta de locação, planta baixa, cortes, fachadas, dimensões, marcação de peças, com detalhamento de todas as conexões e demais componentes, notas gerais de montagem e especificações de materiais, com indicação de registro junto ao órgão de classe sob a forma de documentação de responsabilidade técnica e memorial descritivo. Além dos itens anteriores, o Projeto Técnico será também composto por maquete e mapa em 3D, acompanhados de declaração de que os mesmos se baseia em vistoria realizada no local. No caso de subcontratação de empresas, deve ser apresentado projeto técnico e memorial descritivo das estruturas temporárias cuja montagem esteja sujeita à normatização específica e fiscalização para fins de vistoria e alvará, de cada empresa subcontratada. Em ambos os casos, o Projeto a ser elaborado deve levar em consideração a logística do local do evento (a vegetação existente, bem como objetos /elementos fixos e outros comuns a área públicas urbanas) sendo necessário o reconhecimento prévio do local antes do desenvolvimento do Projeto, cujo agendamento deverá ser feito com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas com área técnica da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República por intermédio dos servidores Márcia Luiza de Araujo e Souza e George Marques da Silva e Silva por meio do telefone (61) 3411-1902.

5.7.4. Entregar **Projeto Técnico** em folha tamanho até A1, assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico, acompanhado de memorial descritivo que contemple o tipo de estrutura, a carga máxima suportada, resistência do material, o número de módulos e a finalidade da estrutura (tipo de estrutura temporária); especificação do material utilizado na construção da estrutura temporária e dimensões; especificação da união das peças através de soldas, parafusos ou acoplamentos e a forma de preparação e adequação do solo para sustentar a estrutura.

5.7.5. Entregar documentação necessária à Secretaria de Estado de Defesa Civil do Distrito Federal - SEDEC/DF, mediante protocolo. Uma cópia devidamente protocolada dos documentos deverá ser entregue à Contratante. A documentação entregue àqueles aos órgãos públicos será referência para a vistoria.

5.7.6. A não apresentação, ou a não aprovação pela Contratante, do Projeto Técnico no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, implicará na rescisão contratual, bem como na aplicação de sanções administrativas, ensejando na convocação da próxima empresa classificada do certame.

5.8. Todos os requisitos a serem detalhados no Termo de Referência da licitação a ser realizada, possuem ampla possibilidade de concorrência no mercado, com a existência de diversos fornecedores, entre empresas de eventos e agências de marketing promocional, capacitadas para a elaboração das ações.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Para a definição da solução a ser contratada, foram levadas em consideração as características do evento (dimensão; logística; infraestrutura; organização; gestão de autoridades, convidados e público expectador; atividades /atrações a serem exibidas entre outros), o histórico dessa contratação específica em anos anteriores, bem como a disponibilidade no mercado de empresas de eventos, agências de marketing promocional e live marketing com experiência para prestação de serviços objeto dessa contratação.

6.2 Para a execução de evento de tamanho porte não existem muitas soluções de mercado possíveis:

6.2.1. O primeiro cenário vislumbrado foi a locação de todos os equipamentos para que a SECOM fizesse a gestão do evento, contudo, a SECOM não dispõe de equipe e expertise para a realização de um evento de tal magnitude.

6.2.2 Outra solução foi buscar atas de registro de preços no mercado que atendessem, mas devido às particularidades do evento, nenhuma das atas de eventos encontradas atende ao público estimado do evento, nem a estrutura que precisa ser montada na Esplanada dos Ministérios.

6.2.3 Por fim, como é realizado todos os anos, levantou-se a possibilidade de realizar a contratação de uma empresa que faça o evento e esta foi considerada a solução mais adequada.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Para a realização do Desfile Cívico-militar de 7 de setembro deverão ser contratados os serviços e estruturas constantes na planilha de custos e formação de preços (SEI 6737980).

7.2. Para realização da ação será necessária a contratação de fornecedor apto a realizar eventos de grande porte, com toda a estrutura necessária à realização do desfile cívico-militar, bem como para recepção de público aproximado de 30.000 (trinta) mil pessoas, que assistirão ao desfile.

7.3. Segundo entendimento do TCU, Acórdão nº 534/2016 do Plenário, "é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados". Ainda: "Como salientado pela instrução, este Tribunal evoluiu sua jurisprudência para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico profissional (acórdãos 1.214/2013 e 3.070/2013 do Plenário)."

7.4. A comprovação de capacidade técnica para evento com arquibancadas para um público de 3.000 pessoas, não demonstra capacidade de realizar eventos com arquibancadas para 10.000 pessoas, pois cargas e esforços (estáticos e dinâmicos) a serem absorvidos pela estrutura, tanto na sua montagem, mas principalmente no evento, são significativamente diferentes. Tal diferença se potencializa num evento de pânico onde o colapso da estrutura é mais provável.

7.5. Para organização e montagem do evento, a empresa a ser contratada deverá ter capacidade de instalar estruturas e fornecer equipamentos de suporte. Além dessas atividades, a contratada deverá ainda ser capaz de realizar a recepção de autoridades e público expectador e demais serviços conexos. A fim de manter a integração de todas as atividades desenvolvidas na execução do objeto, é necessária a contratação de empresa especializada que seja capaz de desempenhar as atividades e os serviços de forma integral.

7.6. Para fins de comprovação de capacidade técnica, no quesito arquibancadas, é necessária a comprovação de bom desempenho na execução de serviços similares de acomodação de público em pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado, ou seja, de no mínimo 15.000 (quinze) mil pessoas.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As estruturas a serem montadas na área do desfile serão distribuídas do trecho que vai do Bosque dos Constituintes até o semáforo da Rodoviária do Plano Piloto, numa extensão aproximada de 3 km (três quilômetros), abrangendo, dentre outros serviços e equipamentos, a construção de estruturas de tribunas e arquibancadas que comportem até **30 (trinta) mil pessoas**, nas duas margens da avenida N1 do Eixo Monumental, e o isolamento com grades de segurança em toda extensão do período acima.

8.2. As quantidades foram estimadas com base na contratação realizada em 2024, incluindo o aditivo de 20%, que se fez necessário em razão da ampliação da estrutura do evento, motivada principalmente pelo aumento expressivo no número de convidados e levando em consideração que no evento de 2025, projeta-se um crescimento semelhante ou superior, o que exige planejamento antecipado e criterioso, com base em parâmetros técnicos, históricos e pesquisa de mercado atualizada.

8.3. Os principais itens que tiveram acréscimo em 2024 e que fundamentam a projeção para 2025 foram:

- a) Painéis de LED: aumento da quantidade e da área de cobertura para melhor visibilidade do público e transmissão institucional;
- b) Tendas: ampliação das áreas de apoio logístico, institucional e de recepção;
- c) Geradores: incremento da capacidade energética para suportar a expansão da infraestrutura;
- d) Tribunas de autoridades: aumento da capacidade de assentos e estrutura de segurança;
- e) Extensão do percurso do desfile: exigindo maior cobertura de infraestrutura, segurança e apoio técnico.

8.4. Desta forma, em consonância com os princípios da administração pública e os dispositivos da IN SEGES nº 58 /2022Art. 9º, V Memória de Cálculo, elencamos, a justificativa técnica e quantitativo estimado, conforme a seguir:

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Fonte da Estimativa	Parâmetros/Premissas Utilizadas	Justificativa Técnica
Coordenação Executiva	Serviço	1	95.000,00	95.000,00	Contratação anterior (evento 2024)	Base contratual ajustada pela inflação estimada IPCA 2024-2025	Serviço essencial à gestão e articulação das estruturas e fornecedores
Tribuna Modelo 01	Unidade	1	179.536,28	179.536,28	Propostas de mercado 2024	Estrutura metálica tubular com 8 níveis, cobertura em box truss e climatização	Infraestrutura para recepção de autoridades e convidados
Tribuna Modelo 02	Unidade	1	166.948,09	166.948,09	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Tribuna Modelo 03	Unidade	1	194.156,00	194.156,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Tribuna Modelo 04	Unidade	1	297.041,28	297.041,28	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Tribuna Modelo 05	Unidade	1	287.709,40	287.709,40	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Arquibancadas para 15 mil pessoas	Lote	15	825.441,28	825.441,28	Contratos similares e consulta pública (2024)	Capacidade estrutural mínima 400kg/m², coberturas e acessibilidade	Infraestrutura necessária à acomodação do público conforme normas de segurança
Tablados para PCD	Serviço	6	51.479,76	51.479,76	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas

Tablado PCD Bloco J	Serviço	6	42.417,50	42.417,50	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Palanque /Tribuna de Imprensa	Unidade	1	179.482,60	179.482,60	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Praticáveis para TV	Serviço	12	32.400,00	32.400,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Torres Delay Sonorização	Serviço	30	126.006,00	126.006,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Torres de Controle	Serviço	1	36.926,00	36.926,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Cabine de Locução	Serviço	1	25.257,32	25.257,32	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Área de Drones	Serviço	1	32.500,00	32.500,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Sala Reservada	Serviço	1	45.000,00	45.000,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Sistema Gerador de Energia	Serviço	14	59.332,00	59.332,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Sistema de Sonorização	Serviço	1	110.000,00	110.000,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Telões	Serviço	635m²	472.000,00	472.000,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Tendas 36m²	Unidade	191	124.388,75	124.388,75	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas

Tenda 16m²	Unidade	1	1.680,72	1.680,72	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Tenda 100m² fechada	Unidade	1	2.500,00	2.500,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Tendas 100m² aberta	Unidade	15	24.000,00	24.000,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Ambientação Tribunas 1,2,3,5	Unidade	4	148.988,00	148.988,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Ambientação Tribuna 4	Unidade	1	45.000,00	45.000,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Banheiros Químicos	Serviço	880	382.839,91	382.839,91	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas
Sistema de Segurança (pórticos)	Serviço	20	41.100,00	41.100,00	Pesquisa de mercado, contratos similares e base histórica de preços (2024)	Dimensões, materiais, capacidade, normas técnicas (ex. NBR 9050, carga mínima 400kg/m²)	Item necessário para garantir a execução segura, eficiente e acessível do evento conforme especificações técnicas

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.438.165,51

9.1. Em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65/2021 que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a equipe de planejamento da realizou ampla pesquisa de preços.

9.1.1. No que tange a pesquisa de preços foi priorizada a pesquisa realizada no Painel de Preços, contudo, tendo em vista as especificidades da contratação, a pesquisa não retornou resultados. Cumpre informar que, pelo fato de diversos itens do objeto não serem padronizados e pelas especificações singulares da maior parte dos itens, a busca feita no módulo Pesquisa de Preços da plataforma Compras.gov.br não se aplica de forma individual, considerando que a condição de fornecimento de forma singular seria incompatível com o objeto, para a organização e realização do evento como um todo. Cabe ressaltar que na pesquisa de preços devem ser considerados o local da execução do objeto, o quantitativo contratado, as mesmas especificações do objeto em qualidade e quantidade.

9.2. Pelo caráter único e complexo da contratação, foi realizada ampla pesquisa de mercado, com diversos fornecedores prestadores de serviços de realização de eventos do porte do objeto licitado, que **retornaram com a obtenção de 5 (cinco) propostas.**

9.2.1. Na composição unitária dos preços dos itens, houve algumas discrepâncias nos valores pesquisados. Desta forma, e em consonância com as boas práticas de gestão, foram excluídos do Mapa Comparativo de Preços os valores excessivamente altos e os provavelmente inexequíveis, utilizando como método comparativo o contrato do ano de 2024.

9.2.2. De acordo com o Tribunal de Contas da União, conforme disposto no Acórdão n.º 3068/2010-Plenário: “o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”.

9.3. Desta forma, a metodologia escolhida como método de obtenção do preço estimado da licitação foi a MÉDIA e a MEDIANA, tendo em vista que a análise foi realizada por item, e considerando a vantajosidade econômica do menor preço entre esses valores apresentados, chegando-se ao valor de referência da contratação estimado no importe de R\$ 7.438.165,51 (sete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente prejuízo para o conjunto da solução ou a perda de economia de escala. Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.

10.3. A solução a ser contratada não deve ser parcelada, sob pena de comprometer a adequada realização do Desfile Cívico-militar de 7 Setembro 2024, na forma, qualidade e tempestividade esperadas para prestação do serviço. As ações a serem realizadas na área do evento deverão guardar coerência e unicidade de planejamento e execução. Não obstante, em observância ao art. 122 da 14.133, de 2021, a empresa contratada, na execução do respectivo contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da solução, desde que essa não corresponda ao objeto principal, qual seja: a organização do evento que contempla: o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades relativas à presente contratação.

10.4. Considerando a dimensão, representatividade e características peculiares do evento, destacadamente questões de infraestrutura, logística, segurança institucional (participação de chefe de Poderes, parlamentares e representações diplomáticas), tempo de execução, número de intervenientes envolvidos do poder público e contratados, o parcelamento do objeto ampliaria sobremaneira os riscos operacionais envolvidos, além de onerar a Administração Pública com a multiplicação de procedimentos de controle e coordenação de diversos fornecedores.

10.5. Ressaltamos, ainda, que o não parcelamento da solução não resulta em limitador para a concorrência, haja vista a existência de fornecedores no mercado capazes de executar a solução como um todo.

10.6. Assim, todos os itens que compõem o objeto devem ser adjudicados a uma única empresa, visto que o parcelamento da solução incorreria em perda de economia de escala. O não parcelamento da solução a ser contratada se justifica-se também em virtude das dificuldades encontradas na gestão e fiscalização de diversos contratos que atenderão um único objeto que é a execução do evento do Desfile Cívico de 7 de setembro de 2025.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há, no momento, contratações correlatas ou interdependentes à contratação pretendida.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A Contratação em questão está alinhada ao Planejamento da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Insta ressaltar que a referida contratação é anual, em virtude da comemoração da Pátria, do feriado nacional de 7 de Setembro.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A futura contratação permitirá à Contratante realizar as ações referentes às comemorações da Semana da Pátria e do Desfile de 7 de setembro, data cívica de maior representatividade no calendário brasileiro.

13.2. Ela é estritamente necessária, pelo fato de seu objeto não fazer parte dos recursos próprios à disposição do Governo Federal. É, ainda, vantajosa, por permitir que os recursos humanos da SECOM possam se concentrar na supervisão e no controle de todos os processos da ação de grande porte. Por fim, a especificação dos objetos a serem contratados foi realizada de modo a otimizar os recursos contratados, visando maior economia para a Administração Pública.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não existem providências a serem tomadas pelo órgão para a execução dos serviços, haja vista que o planejamento e a execução do evento se darão por conta da contratada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A contratação em questão não tem potencial de causar impacto ambiental, contudo, a empresa contratada deverá adotar boas práticas no que diz respeito à sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos.

15.2. Os impactos ambientais gerados por esta demanda não são superiores nem mais impactantes do que qualquer outra demanda de contratação.

15.3. A empresa contratada vencedora deverá atender aos requisitos técnicos de sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos, sob pena de aplicação das sanções contratuais e sem prejuízo às demais ações cabíveis junto aos órgãos responsáveis.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o conteúdo acima disposto neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos que a presente contratação é viável em todos os aspectos, em termos de disponibilidade e competitividade de mercado e forma de prestação dos serviços, não havendo óbice ao prosseguimento da presente contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA MARIA DE MOURA OTAVIANO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 16:10:51.

RAILTON LOPES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 16:09:08.

FABRICIO DA SILVA GAMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 15:57:15.

ROBERTA BATTISTI PEREIRA

Membro da Comissão de Contratação